

**POLÍTICAS DE INCENTIVOS E FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO
REGIONAL NA BAHIA: O CASO DA AZALÉIA NORDESTE NO
MUNICÍPIO DE CAATIBA**

Telma Andrade Almeida
Mestranda do Programa
Multidisciplinar em Cultura,
Memória e Desenvolvimento Regional – UNEB.
E-mail: telmauesb@hotmail.com

RESUMO:

O presente artigo analisa o programa de diversificação e interiorização da matriz industrial baiana implementado pelo governo do Estado no período 1991-2006. O objetivo é refletir sobre a política de incentivos adotada no período como forma de incrementar o desenvolvimento em regiões mais carentes através da instalação de indústrias de bens finais em municípios do interior. Para tanto, o trabalho toma como recorte empírico a implantação de um polo calçadista da empresa Azaléia na microrregião de Itapetinga e investiga até que ponto a presença da fábrica no município de Caatiba, um dos dez que compõem o polo, tem se mostrado eficaz na promoção do desenvolvimento local. A referência teórica que estruturou a investigação foi a Teoria do Desenvolvimento Regional, abordando-se desde os modelos clássicos que veem na industrialização e no planejamento público centralizado a força motriz do processo de desenvolvimento até os modelos recentes ou endógenos que enfatizam o papel dos atores locais nesse processo. O trabalho lançou mão dos seguintes procedimentos metodológicos: estudos bibliográficos, pesquisa documental, aplicação de questionários, realização de entrevista e observação direta. A análise dos dados apontou que as atividades do segmento calçadista atraídas pela política de incentivos no período abordado não foram adensadas mediante o surgimento de cadeias produtivas integradas enfraquecendo a lógica da industrialização pretendida pelo governo baiano. A partir do estudo realizado em Caatiba, pôde-se inferir que a instalação de um simples galpão isolado de produção sem qualquer vínculo ou articulação com o local não tem sido suficiente para impulsionar o município a crescer de forma a superar o subdesenvolvimento.

Palavras-chave: Desconcentração Industrial. Indústria Calçadista. Desenvolvimento Regional/Local. Caatiba.

INTRODUÇÃO

A construção da matriz industrial baiana ganhou impulso no final dos anos 1950 com a criação do primeiro Plano de Desenvolvimento do Estado (PLANDEB). Dentro de uma estratégia voltada para a produção de bens intermediários a partir do aproveitamento de matérias-primas disponíveis no Estado, o plano viabilizou a instalação de vários projetos, especialmente nos setores da indústria pesada, em áreas próximas da capital. Dentre os empreendimentos de maior relevância, destacaram-se a inauguração da Refinaria Landolfo Alves Mataripe (RLAM), a criação do Centro Industrial de Aratu (CIA) e a implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC).

Conforme Alban (2005, p. 4), o dinamismo do PLANDEB levou a economia baiana a diversificar sua base produtiva superando a dependência secular de um modelo agroexportador e a alcançar taxas de crescimento significativamente superiores às médias nacionais.

Contudo, o processo de expansão da indústria iniciado nos anos 1950 com a entrada em funcionamento da RLAM e consolidado nas décadas seguintes com a implantação dos setores de metalurgia, siderurgia, química e petroquímica esteve extremamente concentrado na Região Metropolitana de Salvador e na produção de bens intermediários. Dessa forma, a política de fomento à indústria transformação proposta pelo PLANDEB, que gerou emprego e renda expandindo tanto a classe operária quanto a classe média urbana, e que muito contribuiu para a diversificação e ampliação dos setores de comércio e serviços, caracterizou-se por uma forte concentração setorial e espacial já que não incorporou nesse processo de crescimento a maior parte dos municípios baianos. Com uma economia voltada essencialmente para a pequena produção agropecuária, esses municípios, em sua maioria situados na região do semiárido, continuaram altamente dependentes de repasses e transferências governamentais.

Só mais tarde, o aprofundamento das desigualdades dentro do Estado e a crise dos anos 1980, que provocou o esgotamento do modelo industrial vigente, levariam o governo a elaborar um novo plano que fosse capaz não só de superar os efeitos da crise e retomar o processo de crescimento, mas também de tornar o desenvolvimento baiano mais homogêneo.

Assim, no intuito de promover a desconcentração da atividade industrial e, ao mesmo tempo, fomentar o crescimento/desenvolvimento em municípios e regiões mais pobres, o governo do Estado começou a implementar, a partir dos anos 1990, um novo modelo de desenvolvimento voltado para a diversificação e interiorização da matriz industrial.

Lançando mão de uma política agressiva de incentivos fiscais, financeiros e de infraestrutura, o governo conseguiu atrair indústrias de diversos segmentos, como automotivo, madeireiro, mineral, de transformação petroquímica, agroalimentar, eletroeletrônico, calçados, têxteis e confecções além de outros.

Dentre os empreendimentos executados no setor calçadista, destacou-se a instalação de um polo industrial da maior empresa deste ramo no Brasil, a Calçados Azaléia. A planta, que começou a ser instalada em 1996 no Sudoeste baiano, é composta atualmente por 18 galpões de produção distribuídos em três distritos e 10 municípios circunvizinhos à cidade de Itapetinga, sede da empresa no Nordeste.

No ano 2000, o município de Caatiba passou a integrar o polo da Azaléia na região. A presença da fábrica há mais de dez anos em um lugar extremamente carente em serviços básicos de saúde e educação e que ainda mantém uma economia de base essencialmente primária e altamente dependente de recursos públicos, chamou nossa atenção e nos motivou a refletir sobre a política de incentivos implementada pelo governo do Estado na década de 1990, que tinha entre seus objetivos precípuos fomentar justamente o crescimento econômico de forma a melhorar as condições de vida em municípios e regiões mais pobres através da atração de indústrias de bens finais.

Dentro desse contexto, o presente trabalho toma como recorte empírico a instalação da fábrica calçadista no município de Caatiba para analisar até que ponto a política de incentivos implementada pelo governo tem alcançado os objetivos de fomento ao desenvolvimento em áreas mais carentes do interior.

Para tanto, buscamos averiguar a contribuição da fábrica no que se refere à geração de emprego e renda no município, à aquisição de insumos e matérias-primas na própria região, ao nível de integração e encadeamento da cadeia coureiro-calçadista, ao incentivo ao desenvolvimento de novas tecnologias e à expansão do setor de serviços.

Iniciamos com uma breve revisão teórica acerca dos modelos de desenvolvimento regional e local visando selecionar categorias analíticas que nos permitam compreender o processo de instalação de indústrias do segmento calçadista no interior da Bahia. Em seguida, discorremos sobre o setor coureiro-calçadista baiano com o objetivo de averiguar o nível de encadeamento e integração dessa cadeia produtiva no Estado. Em seguida, apresentamos as principais características do polo calçadista de Itapetinga. Por fim, descrevemos o município de Caatiba abordando aspectos físicos e socioeconômicos e apresentamos os resultados da pesquisa realizada.

REVISÃO TEÓRICA DOS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

As Teorias Clássicas da Localização, formuladas por economistas e geógrafos alemães entre o século XIX e início do século XX, são reconhecidas como os primeiros estudos sobre desenvolvimento regional. A localização das atividades econômicas no espaço geográfico foi o tema central dessa corrente de pensamento que buscava explicar, dentre outras questões, o fator determinante da renda econômica da terra, as razões que levam uma indústria a se localizar em determinada região e as causas que levam o setor de comércio e serviços a ser mais pujante e diversificado em algumas cidades do que em outras. Enfatizando as decisões do ponto de vista da firma, essas teorias preconizavam que uma empresa procura determinar sua “localização ótima” levando em conta basicamente o papel dos custos de transporte e de mão de obra. Os principais expoentes dessa corrente foram Von Thünen, Alfred Weber, Walter Christaller e August Lösch, autores que dominaram o campo da economia regional até os anos 1940 (CAVALCANTE, 2004, p. 59-62).

A partir da segunda metade do século XX, começam a surgir Teorias do Desenvolvimento Regional focadas nos fatores de aglomeração, ou seja, nas vantagens decorrentes da concentração de indústrias em um mesmo espaço geográfico, tais como disponibilidade de infraestrutura, fluxo de informações e proximidade com fornecedores. Enquanto as teorias clássicas enfatizavam basicamente o papel dos custos de transporte e de mão de obra na determinação da melhor localização das atividades econômicas, as novas teorias passaram a

incorporar como fator de localização, e, portanto, de crescimento, a complementaridade entre firmas e setores (LOPES, 2001, p. 20). Como viam na expansão do setor industrial o melhor caminho para desenvolvimento das regiões, defendiam que cabia ao Estado o papel de fomentar o processo de industrialização concedendo altos subsídios a empresas desse segmento e provendo as regiões em infraestrutura necessária à instalação de unidades industriais.

Dentro do novo enfoque, destacou-se a Teoria dos Polos de Crescimento, elaborada pelo economista francês François Perroux, pela grande influência que exerceu sobre as políticas de desenvolvimento regional implementadas por países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento entre os anos 1950-1970. Ao introduzir o conceito de polarização, Perroux defendia que o crescimento econômico seria uma função do crescimento do setor industrial. Chamando a atenção para o papel determinante das inovações na dinâmica do sistema capitalista, defendeu que a criação e difusão de inovações pelas indústrias motrizes (empresas líderes) atrairiam novas indústrias fornecedoras e consumidoras promovendo “efeitos de arraste” sobre outros conjuntos nos espaços econômicos e geográficos. Assim, os investimentos concentrados na constituição dos polos gerariam um processo de crescimento por difusão no conjunto da economia.

Contudo, a teoria dos Polos de Crescimento passou a ser altamente criticada no final dos anos 1970. A principal razão foi o fato de que as experiências de desenvolvimento regional fundamentadas no conceito de polarização haviam, em grande parte falhado, já que levaram a um crescimento ainda maior das regiões centrais sem que os efeitos de difusão tivessem se verificado na prática (AMARAL FILHO, 1996, p. 56).

Dessa forma, a persistência das desigualdades regionais levou a teoria do desenvolvimento regional a passar por uma nova transição conceitual. Contribuiu para isso o esgotamento do modelo fordista de produção no final dos anos 1970 e o grande dinamismo econômico verificado em regiões da Europa que adotavam o modelo de distritos industriais, constituídos a partir da concentração espacial de pequenas empresas produzindo em regime de especialização flexível. Esse fato chamou a atenção dos estudiosos e suscitou novas interpretações sobre estratégias de desenvolvimento regional. Dentro do novo enfoque, ideias endogenistas começaram

a ganhar força e os fatores socioculturais, bem como os atores e as potencialidades locais passaram a ser mais valorizados.

Ao contrário da teoria tradicional que via na industrialização e no planejamento público centralizado a força motriz do processo de desenvolvimento, a chamada Teoria do Desenvolvimento Local, que começa a ganhar força nos anos 1980, parte do princípio de que não existe um modelo único de desenvolvimento que possa ser implementado com garantia de sucesso em qualquer lugar e em qualquer situação, uma vez que cada região possui particularidades, limitações e aptidões naturais e potenciais. Assim, preconiza que é necessário, antes de tudo, identificar as características individuais do local para, a partir daí, definir qual a melhor política de desenvolvimento a ser adotada.

Neste sentido, teoria do desenvolvimento local se apoia nas teorias sobre o crescimento endógeno, ou seja, reconhece que é a partir do conhecimento do potencial endógeno de uma região, constituído por seus recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais, que se pode analisar quais elementos devem ser utilizados na formulação de estratégias de desenvolvimento para o local.

Conforme Paul Romer e Robert Lucas, os precursores dos modelos endógenos de desenvolvimento, capital humano, ciência e tecnologia, instituições, pesquisa e desenvolvimento; antes considerados exógenos com grau de influência quase nulo na determinação do crescimento, devem ser aceitos como endógenos, como fatores que fazem parte do processo produtivo e que influenciam no nível de crescimento e desenvolvimento (LOPES, 2001, p. 27-29). A tese central da teoria é que um país, região ou local melhor munidos desses fatores pode aumentar com maior facilidade a produtividade do sistema produtivo, acelerar o crescimento, aumentar o produto e possibilitar uma melhor distribuição da renda. Assim, é na valorização e incorporação desses novos fatores à teoria tradicional que reside a contribuição da teoria do crescimento endógeno para os campos teórico e prático das políticas de desenvolvimento regional.

Cabe ainda ressaltar que, de acordo com a referida teoria, deve haver uma combinação de fatores locais e externos e o território não se apresenta como um receptor passivo das ações das grandes empresas ou do planejamento público centralizado. Deve haver convergência entre as estratégias das empresas e os

interesses do local de forma que eles atuem juntos e criem sinergias mútuas que beneficiem a região e os atores locais ao invés de atender exclusivamente aos interesses do setor empresarial.

Diante do exposto, percebemos que o conjunto de teorias que versam sobre o desenvolvimento regional nos fornece as seguintes categorias analíticas para compreendermos o processo de deslocamento de indústrias do segmento coureiro-calçadista brasileiro dos centros tradicionais de produção rumo a regiões mais distantes como a Bahia: custo de transporte, custo da mão de obra, complementaridade entre firmas e setores, ação ativa do local, aproveitamento das potencialidades locais, aprendizagem e inovação tecnológica.

A INDÚSTRIA COUREIRO-CALÇADISTA BAIANA

Na definição de Fernandes (2003, p. 103), o complexo industrial coureiro-calçadista compreende “um ramo de atividade tradicional da economia, geralmente caracterizado como produtor de bens de baixa complexidade tecnológica, altamente heterogêneos, de uso intensivo de mão de obra e destinados ao consumo final”.

No Brasil, os principais centros produtores de artigos desse segmento são a região conhecida como Vale dos Sinos (RS), especializada na fabricação de calçados femininos, e Franca (SP), que se destaca na produção de calçados masculinos.

Com abertura econômica iniciada nos 1990, o segmento coureiro-calçadista passou a enfrentar uma forte concorrência. Na busca por novas estratégias que lhes permitissem continuar no mercado de forma competitiva, empresas deste ramo, tradicionalmente concentradas no eixo Sul-Sudeste, viram na oferta de incentivos fiscais, financeiros e de infraestrutura feita por Estados interessados em atraí-las para seus territórios, uma alternativa promissora de redução de custos. Começou então o processo de instalação de plantas industriais em regiões distantes dos centros tradicionais de produção.

A Bahia se inseriu nesse processo nacional de realocação das empresas calçadistas graças à adoção de políticas de incentivos que conseguiu atrair empresas de médio e grande porte, com marcas consolidadas no mercado nacional e com forte orientação exportadora. Fatores como oferta de terrenos doados ou vendidos a preços simbólicos, disponibilidade de mão de obra a custos mais baixos, menor pressão

exercida pelos sindicatos de trabalhadores e disponibilidade de energia, transporte e apoio logístico governamental, também contribuíram para que se implantasse em municípios do interior baiano não só empresas calçadistas, mas também fornecedoras de componentes e artefatos de couro.

De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados ABICALÇADOS (2010), o polo calçadista baiano conta com 66 plantas industriais, sendo 43 de calçados e 23 de componentes. Distribuídas em municípios do interior, essas empresas propiciam uma oferta de mais de 26 mil empregos. A produção anual de 43 milhões de pares é bastante diversificada abrangendo tênis, calçados femininos, chuteiras e calçados diversos, inclusive infantis. Também são fabricados acessórios como bolsas, cintos, carteiras e pastas.

A política de atração de indústrias calçadistas foi justificada pela crença de que a instalação dessas empresas em regiões menos desenvolvidas poderia conduzir os locais hospedeiros a um efetivo processo de modernização e desenvolvimento.

Entretanto, considerando-se o caso das indústrias de calçados, verificamos que as empresas que expandiram suas plantas industriais rumo a estados como a Bahia estabeleceram apenas linhas de produção complementares às existentes nas regiões de origem. Tomando como exemplo o caso da Azaléia, as únicas etapas do processo produtivo que são realizadas no polo de Itapetinga são corte, costura e montagem. As funções superiores em termos de geração de valor, como a produção de linhas mais sofisticadas, o gerenciamento da atividade produtiva e as atividades de pesquisa, desenvolvimento do produto, *design*, *marketing* e comercialização permanecem na sede da fábrica localizada no Rio Grande do Sul. Assim, os locais “ganhadores” configuram-se, na verdade, como meros galpões isolados de produção de calçados de baixo valor agregado destinados ao abastecimento do mercado interno; o que resulta em efeitos modestos sobre o crescimento/desenvolvimento local.

No que se refere ao nível de integração da cadeia coureiro-calçadista, apesar da presença de empresas fornecedoras de insumos especializados, componentes, equipamentos, serviços educacionais e suporte técnico no Estado, vários aspectos têm comprometido o preenchimento de elos na cadeia produtiva local tornando fraca a integração e o encadeamento entre as empresas envolvidas. A Azaléia, por exemplo, utiliza couro natural nos seus processos produtivos, mas não adquire o

produto dos curtumes locais, sob argumento de que o couro produzido na região não atende as especificações de qualidade, como também, possui preços mais elevados. Por ter instalado uma planta industrial em uma região que tem como principal atividade econômica a pecuária, esperava-se um aproveitamento do couro local, o que iria aumentar o nível de integração da cadeia produtiva fortalecendo o setor.

Outro aspecto refere-se à indústria petroquímica que só negocia grandes volumes tornando inviável a relação com as empresas do segmento calçadista em função das pequenas escalas de produção da indústria local. A indústria de embalagens instalada também não possui capacidade para atender a demandas do setor calçadista local. Por esses motivos, as embalagens para esta indústria são, em geral, provenientes de São Paulo e Rio Grande do Sul, acarretando aumento de custo para as empresas (ALMEIDA, 2009, p. 71-72).

Há que se ressaltar que as poucas empresas do Estado que fornecem acessórios e componentes, como a Fortik (adesivos, compostos termoplásticos, injetados, etc.), Sisa (forro e couro sintético), Injenort (solado e salto) e Vinilex (solado) não adquirem seus insumos na Bahia. Na maioria dos casos, importam as matérias-primas do exterior ou as adquirem do Centro-Sul do país, principalmente do Rio Grande do Sul e São Paulo (ALMEIDA, 2009, p. 71-72). Essa realidade configura uma ausência de integração a montante da cadeia produtiva de calçados na Bahia, que decorre de fatores como a alta competitividade dos preços adotados pelos concorrentes do Centro-Sul e do exterior e a pequena capacidade produtiva dos fabricantes de insumos que se instalaram na Bahia.

Toda essa falta de encadeamento produtivo demonstra que a atração da indústria de calçados para a Bahia ainda se apresenta de forma bastante incompleta, o que faz com que as vantagens decorrentes das economias de aglomeração sejam pouco exploradas. Em um cenário de retirada dos incentivos fiscais e financeiros, por exemplo, dificilmente essa indústria conseguiria se manter no estado.

O POLO CALÇADISTA DE ITAPETINGA

Em 1996, a Azaléia começou a instalar uma planta industrial na região Sudoeste da Bahia. Em 2009, ano em que foi realizada nossa pesquisa de campo, o polo era constituído por 18 galpões de produção distribuídos de forma relativamente dispersa

em 3 distritos e 10 municípios circunvizinhos à cidade de Itapetinga, sede da empresa na Bahia.

Compõem o polo de Itapetinga os distritos de Itaiti, Rio do Meio e Itaiá e os municípios de Macarani, Iguai, Ibicuí, Caatiba, Itambé, Itororó, Firmino Alves, Itarantim, Maiquinique e Potiraguá, além da sede situada em Itapetinga. Em cada uma dessas localidades foram implantados galpões de produção padronizados que dispõem de toda a infraestrutura necessária ao seu perfeito funcionamento.

Além da fabricação do calçado, a sede em Itapetinga, também é responsável pela produção e distribuição da quase totalidade dos componentes, insumos e embalagens que atendem a todas as filiais do polo. Concluído o processo de fabricação, cada uma delas envia o produto final para Itapetinga de onde o mesmo é despachado para os mercados interno e externo através de transporte rodoviário terceirizado.

Serviços como os de segurança, jardinagem, transporte, refeitório e saúde são terceirizados, mas para os cargos diretamente ligadas à atividade fim da empresa são estabelecidos contratos diretos. É a própria Azaléia que assina a carteira dos funcionários e a cada seis meses a empresa distribui participação nos lucros para todos.

Apesar das vantagens referentes ao baixo custo da mão de obra na região, o fator determinante para a instalação da empresa na Bahia foi a política de atração de investimentos adotada pelo governo do Estado através da concessão de incentivos fiscais e creditícios e da disponibilização de terrenos e de infraestrutura. Esses benefícios somados à estratégia de redução de custos levaram o grupo a encontrar no território baiano as condições favoráveis à sua expansão. As vantagens encontradas pela empresa chegaram, inclusive, a compensar altos custos de transporte das matérias primas e dos produtos finais.

ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS RELACIONADOS À IMPLANTAÇÃO DA AZALÉIA NO MUNICÍPIO DE CAATIBA

Localizado na região sudoeste da Bahia, o município de Caatiba ocupa uma área de 491,347 km² e faz parte da microrregião de Vitória da Conquista e do território de identidade de Itapetinga. Com densidade demográfica de 23,24 hab/Km², a

população do município é de 11.420 habitantes. Deste total, 53% vivem na zona rural e 47% na sede (IBGE, 2010).

A arrecadação própria do município, por si só, não é suficiente para garantir o funcionamento da máquina administrativa. Por isso, Caatiba depende, em grande medida, dos repasses de tributos estaduais e federais, de convênios específicos e de programas de transferência de renda como o Bolsa Família. O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) constitui sua principal fonte de receita. De acordo com dados da Controladoria Geral da União, no ano de 2010, os repasses do governo chegaram a R\$ 10.097.238,53; deste total, 3.979.811,24 referente ao FPM e 1.795.683,00 ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Esses recursos, destinados a investimentos, custeio e pagamento de salários do funcionalismo, configuram um importante fator de formação de renda e, por conseguinte, do mercado local.

A base econômica do município sempre foi a agropecuária, especialmente a criação de gado bovino em regime extensivo. Subsidiariamente, as terras são ocupadas com uma agricultura de subsistência baseada no trabalho familiar. Além da criação de gado bovino, destacam-se as atividades de produção de queijo, requeijão e manteiga. Desenvolvida em pequenas e médias propriedades, a agricultura é diversificada, mas basicamente de subsistência, sendo trabalhadas as culturas de cacau (em amêndoa), cana-de-açúcar, mandioca, café (beneficiado), feijão (em grão), milho, laranja, banana, milho, entre outras.

No ano 2000, um galpão da fábrica de calçados Azaléia foi instalado no município. A proximidade com Itapetinga e a pavimentação da estrada que liga os dois municípios (condição exigida pela indústria) foram fatores determinantes que levaram a empresa a implantar na sede do município mais uma unidade da fábrica na região.

Em Caatiba também são realizadas apenas as etapas de corte, costura e montagem. Por isso, o nível médio de instrução dos trabalhadores é baixo. Como a empresa exige apenas a conclusão do ensino fundamental, não há qualquer incentivo a investimentos em educação, pesquisa e desenvolvimento. Vale ressaltar que os cargos de gerência são ocupados por funcionários vindos do Rio Grande do Sul.

Ao responder nosso questionário, 78% dos funcionários da fábrica afirmaram que deixariam Caatiba em busca de emprego em outra cidade caso não trabalhassem na Azaléia. Segundo eles, o município praticamente não oferece alternativas.

A Azaléia empregava, em 2009, 232 pessoas no município, sendo todas de Caatiba. Com exceção dos coordenadores de produção que recebem três salários mínimos, os outros funcionários recebem apenas um salário. Para efeito de comparação, no Vale dos Sinos, a remuneração pelo mesmo trabalho é de 2 a 2,5 salários. É a própria Azaléia que assina a carteira de trabalho de todos em regime CLT.

Como o trabalho é considerado cansativo, desgastante e perigoso, muitos funcionários acabam pedindo a própria demissão. Apenas 6% do quadro atual é composto por gente que trabalha no galpão desde que ele começou a funcionar. Mas mesmo estando insatisfeita com o trabalho, a maior parte dos funcionários pretende continuar na Azaléia por muito tempo em função da necessidade e de falta de alternativas.

Com a implantação da fábrica, a situação econômica e social de Caatiba pouco mudou. O setor de comércio e serviços não tem se expandido de modo a satisfazer as demandas da população local, que continua recorrendo a cidades circunvizinhas de maior porte para atender a suas necessidades. Dos funcionários abordados por nossa pesquisa¹, 65% realizam compras em outros municípios, pois consideram que o comércio de Caatiba não atende a suas demandas. Vitória da Conquista, por ser uma cidade próxima e apresentar um comércio diversificado, é o destino preferencial para a compra de roupas, sapatos, eletrodomésticos, móveis, etc. Assim, os gastos em Caatiba se limitam quase que exclusivamente às compras em padarias e supermercados, o que significa que parte da renda gerada pela Azaléia não fica no município, já que este não se expandiu de forma a atender às necessidades da população.

Contudo, devemos ressaltar que antes da implantação do polo calçadista na região, a situação era ainda pior e o comércio local praticamente inexistia. Hoje, apesar das limitações, o município conta com maior número de estabelecimentos de ramos como confecções, calçados, material de construção, açougues, padarias, móveis e eletrodomésticos, lojas de produtos agropecuários, papelarias, lanchonetes e

¹ A pesquisa de campo foi realizada pela autora no ano de 2009 com uma amostra de 80 funcionários escolhidos aleatoriamente.

farmácias. Como alguns funcionários da fábrica têm investido em construir a própria casa, a demanda por material de construção levou à criação de seis estabelecimentos desse segmento. Antes de a Azaléia chegar a Caatiba, não havia nenhum.

No que se refere à prestação de serviços como saúde, educação e atividades bancárias o município continua deixando muito a desejar. A oferta dos serviços de educação se restringe à área pública e atinge, no máximo, o ensino médio. Não existem cursos profissionalizantes, pré-vestibulares, escolas de informática nem de idiomas. As poucas pessoas que entram na faculdade precisam se deslocar para Vitória da Conquista ou Itapetinga. O mesmo acontece no que se refere aos serviços de saúde. Por isso, 70% dos funcionários que responderam o nosso questionário classificaram o setor de serviços como ruim, e 24% o consideram, no máximo, regular. Mesmo com a implantação da fábrica não houve melhoria nessa área.

Contudo, todos os funcionários e moradores locais quando questionados se a Azaléia melhorou as condições de vida no município responderam que sim, alegando justamente a geração de emprego e renda que evitou a saída de pessoas para outras regiões.

A partir do estudo realizado, verificamos que para contribuir de maneira mais efetiva com o desenvolvimento local, a Azaléia precisaria, dentre outras ações: realizar no município outras funções de maior valor agregado dentro do processo produtivo; adquirir insumos na própria região contribuindo para a expansão de outros setores da economia; incentivar o processo de aprendizagem, pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias dentro da própria região; aumentar o salário dos funcionários, que está bem aquém do pago no Rio Grande do Sul e pagar os impostos dos quais está isenta, que poderiam ser usados para investimentos na melhoria da infraestrutura ou em programas de melhoria das condições de vida da população local.

Certamente a Azaléia não deslocaria para a Bahia uma planta industrial do Rio Grande do Sul, onde pode beneficiar-se das vantagens de aglomeração, contar com uma estrutura já montada e com mão de obra qualificada com *know how* na produção de calçados, se as condições indicadas acima lhe fossem impostas.

Fica claro que o objetivo da empresa é simplesmente aproveitar-se das vantagens oferecidas e reduzir com isso seus custos de produção. Em um cenário de retirada dos incentivos, por exemplo, a Azaléia provavelmente migraria para outra região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a política de incentivos implementada pelo governo baiano no período analisado não pode ser considerada uma alternativa eficaz na promoção do desenvolvimento regional. Tomando como recorte o setor calçadista, verificamos que, além do alto grau de rotatividade do tipo de investimento que essas políticas costumam atrair, elas também não foram acompanhadas por um projeto de estruturação e fortalecimento de toda a cadeia coureiro-calçadista para que a mesma pudesse se tornar viável e sustentável a médio e longo prazo. Tal realidade nos leva a inferir que as atividades industriais atraídas para a Bahia no período abordado não foram adensadas mediante o surgimento de cadeias produtivas integradas, enfraquecendo a lógica da industrialização pretendida pelo governo baiano.

Por isso, acreditamos que uma política adequada aos objetivos de desconcentração setorial e espacial da indústria baiana e fomento ao desenvolvimento de regiões mais pobres deveria pautar-se em um modelo de desenvolvimento endógeno, baseado nas potencialidades de cada região, levando em consideração, principalmente, os recursos naturais existentes, a vocação trabalhista e produtiva da comunidade local e os fatores socioculturais. Entendemos que uma estratégia de desenvolvimento que valorize as potencialidades locais e incorpore outros fatores de produção como capital humano, ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, conhecimento e informação, instituições e meio ambiente pode efetivamente levar uma região a crescer com melhor distribuição de renda.

REFERÊNCIAS

ABICALÇADOS (Associação Brasileira das Indústrias de Calçados). Disponível em: <<http://www.abicalcados.com.br/polos-produtores.html&est=5>>, acesso em mar. de 2010.

ALBAN, Marcus. O Novo Enigma Baiano, a Questão Urbano-Regional e a Alternativa de uma Nova Capital. **Revista Desenhahia**, Salvador, v. 02, n. 04, p. 1-17, 2005.

ALMEIDA, Telma Andrade. **Políticas de Incentivos e Desconcentração da Indústria na Bahia**: uma análise a partir do setor calçadista. 2009. 100 f.

Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista. 2009.

AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento Regional Endógeno em um Ambiente Federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 14, p. 35-70, 1996.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. **Crédito e Desenvolvimento Regional: O Caso do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia**. 2004. 235 f. Tese (Doutorado em Administração) Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

FERNANDES, Cláudia Monteiro. Complexo coureiro-calçadista: uma indústria promissora. In: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Dez Anos de Economia Baiana**. Salvador. Série Estudos e Pesquisas. n. 57, p. 103-120 2002.

FERNANDES, C. Monteiro. Complexo coureiro-calçadista: uma indústria promissora. In: **Série Estudos e Pesquisas**. n. 57, p. 103-118. Salvador, 2002.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>>, acesso em ago. de 2011.

LOPES, Roberto Paulo Machado. **Universidade Pública e Desenvolvimento Local: Uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**. 2001. 137 f. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br>>, acesso em ago. de 2011.